

**Título: Os Modelos Institucionais de Universidade no Brasil: Marcos de Tensão**

Nome do Autor: Orlando Nobre Bezerra de Souza

Nome do GT : Política de Educação Superior

Nº do GT: 11

O arranjo social presente na Amazônia atual tem a marca da diversidade dos povos e culturas que, ao longo de séculos, desenharam e redesenham seus modos de vida a partir de processos de produção e reprodução, em que o contato direto e concreto com a natureza e seus ecossistemas, proporcionam uma troca de influências em que a natureza se humaniza ao mesmo tempo, que homens e mulheres, no decorrer de gerações, assumem em seus traços corporais e culturais uma identidade originária ou sobreposta aos perfis de seu espaço de nascimento.

As potencialidades dos recursos naturais e das matérias primas existentes na Região, com seu aproveitamento adequado e sustentável, pode representar a aquisição, para as populações locais e para o mundo, de possibilidades tecnológicas e econômicas que auxiliem na superação de diversos problemas, o que torna o estudo e a preocupação com o espaço amazônico, objeto de efetiva preocupação local, nacional e internacional, no sentido de estabelecer a maneira de intervir para, que a vivência e usufruto das reservas ali contidas possam gerar os melhores benefícios para todos, tanto no presente quanto no futuro, sem a destruição irreversível das estruturas frágeis do meio-ambiente, com conseqüências danosas para o território, as populações amazônicas, e por via de conseqüência para todo o planeta.

A necessidade de formar profissionais para atuar na Região, a sistematização e produção de conhecimentos sobre a complexa realidade amazônica, objetivando a criação de alternativas viáveis e acessíveis coletivamente, são atribuições que as instituições de educação superior têm o dever histórico e legal de chamar para si, tornando-se capazes de assumir tais prerrogativas em sintonia com os desafios do mundo contemporâneo.

No entanto, o aprofundamento do debate em torno da educação superior requer a observação das mediações entre os diferentes planos espaço-temporais, para nos proporcionar as dinâmicas pelo cruzamentos das determinações locais e mais gerais.

Neste sentido, vamos buscar compreender os modelos organizacionais da educação superior no Brasil, que nos possibilita o descortinando de suas influências nos planos regional e local.

Considerando esse universo variado tentaremos registrar os elementos que mais nos chamam a atenção e que se consolidam na definição de modelos organizacionais aproximados, no seio das dinâmicas e das tensões da área. A rigor, examinaremos três modelos que, segundo nossa visão, estão em maior destaque e coexistem no plano institucional, além de amplificar-se nos projetos políticos em disputa na sociedade.

Ao buscarmos colocar em relevo as referências mais peculiares aos modelos, não intentamos prescrever seus atestados de pureza, afinal se a síntese teórica é idealizada, no plano cotidiano, as disputas, os avanços, os recuos e as negociações acontecem e enevoam ou superpõem as fronteiras dos modelos sistematizados(LIMA, 1997: 45)<sup>1</sup>.

Os registros dos modelos, evidentemente serão desiguais, ora mais prescritivos, ora mais interpretativos, mas sempre no sentido de colocar elementos que auxiliem no entendimento, cada vez mais profundo, das tendências e demarcações político-ideológicas que orientam os rumos desta modalidade de educação.

O modelo a que nos reportaremos inicialmente é aquele que denominaremos de tecnoburocrático. As origens de sua configuração histórica já são perceptíveis por volta das décadas de 40 e 50, sob as bases do processo “*desenvolvimentista*” de substituições das importações.

O capital, o trabalho e a técnica seriam os pilares para deflagração e promoção do processo de desenvolvimento, o que explica a atenção dada ao uso e a formação desses fatores para que os projetos estabelecidos não sofressem dificuldades na obtenção dos resultados previamente preconizados.

O papel atribuído à educação é o de ajustar-se às necessidades do processo de industrialização e ao projeto ideológico que vinha sendo implementado pelo Estado nacional, em meio à forte polarização dos debates sobre os destinos da escola pública brasileira, após a Constituição de 1946.(OLIVEIRA, 1996)

No ensino superior, houve uma explosão na abertura de vagas, a possibilidade de gratuidade do ensino e a criação de 39 universidades, sendo quase 70% públicas e, em sua

---

<sup>1</sup> É digno de ressaltar, a considerável contribuição das reflexões que a Sociologia das Organizações Escolares desenvolvida em Portugal serviu de fundamento à reflexão que aqui intentamos levar a diante, as elaborações teóricas, as orientações, os debates e as conversas que pudemos compartilhar, por paciência e amizade, com Lícínio Lima, Almerindo Afonso, Carlos Estevão, Fátima Antunes e demais Professores e Funcionários da Universidade do Minho, em Braga-Portugal, forma de extrema valia para a definição deste trabalho, o que não

grade maioria, criadas pela aglutinação de faculdades ou institutos isolados. No entanto, a hierarquia interna e corporativa não sofre mudanças pois a cátedra vitalícia permanece, dificultando dinâmicas de democratização e participação, demonstrando os limites do projeto de modernização.

A partir das diretrizes que orientavam a consecução da dinâmica educacional nos momentos de estruturação do processo “*desenvolvimentista*”, é possível afirmar que os fundamentos do modelo tecnoburocrático se forjavam historicamente, no Brasil, com um componente muito específico que mantém estreitos laços com a formação social brasileira e o aparato legal que foi instituído ao longo de nossa existência.

A burocracia no Brasil, a partir da peculiaridade que materializa sua expressão, não assumiria por completo sua acepção moderna, de aparelho racional e impessoal, mas incorporaria o dado cultural da diferenciação da apropriação pessoal do cargo, sem a anulação do âmbito próprio de competência. Ela transmuda-se em um “*estamento patrimonialista*” (FAORO, 1976), ao absorver e adotar as técnicas capitalistas, amoldando-se às transições, às mudanças, flexibilizando-se no sentido de manter o controle e a direção dos eventos sócio-econômicos, buscando apoios móveis, valorizando os mais capazes de sustentá-la, o que a faz assumir um caráter especulativo, com ganhos e vantagens para si, porém sem apropriações mais definitivas.

Essa imagem dual da concepção tecnoburocrática deve ser apreendida para compreendermos as relações concretas, em planos mais restritos ou mais amplos, e assim nos familiarizarmos com as situações, afim de enxergarmos as interações sociais que se compõem e o sentido dos resultados e conseqüências.

Tal contradição é flagrante no Brasil, país de maior concentração de renda do mundo, no qual amplos contingentes populacionais estão submetidos a índices consideráveis de violência, perceptíveis através do autoritarismo, da submissão, da impunidade, da exclusão social e da precariedade das condições de trabalho, etc.

A consolidação da ditadura militar, em março de 1964, teve como um de seus elementos mais significativos a implementação da concepção ideológica da “*doutrina da segurança nacional*”, que visava sobretudo combater a “*agressão interna*” promovida pela

infiltração e subversão comunistas e justificar sua atuação e presença indispensável na defesa na sociedade brasileira.

Um dos focos de maior contestação ao Estado militar foram as comunidades universitárias no País, por isso esta deveria ser reformada e modernizada para extinguir os focos de resistência interna e externa e atender as aspirações de ascensão da classe média que apoiou o golpe (CHAUI, 1980: 35). As idéias mestras que orientariam a modernização seriam a de racionalidade e, com ligação intrínseca, a idéia de resgate do princípio da autoridade. A racionalidade preconizada seria funcional e mecânica ao criar representações científicas do social e do político, ao confundir necessidade com imposição, pela naturalização das estruturas cuja existência está em si e seu funcionamento coloca-se sob determinações racionais e impessoais.

As formas de gestão organizacional e administrativa têm seu organograma estabelecido, suas funções delineadas e resultados pré-determinados, através de medidas legislativas, complementadas por portarias, pareceres, planos e mecanismos administrativos.

Se os debates sobre modernização da universidade se arrastavam desde a década de 50, já com apoio e assessoria de organismos do governo norte-americano, o restabelecimento dos acordos MEC-USAID<sup>2</sup> no regime militar, vai ter uma prerrogativa de destaque na consecução de planos e projetos para a área do ensino superior.

Em vista da situação observada e das condições que as universidades estavam submetidas no regime militar, a autonomia universitária era uma realidade de “*heteronomia econômica, educacional, cultural, social e política*”(CHAUI, 1980: 43), pelo modo como as decisões eram tomadas fora do âmbito universitário.

O recrudescimento da violência policial-político do regime militar a partir de 1968, não deixa de levar em conta os diferentes planos escolares, quando amplia sua capacidade de intervenção, a fim de exercer um controle exacerbado sobre as instituições e seus componentes, no sentido de consolidar sua ideologia política.

O corolário desta perspectiva é a adoção do regime de créditos, como ação deliberada, de separar para controlar, representando igualmente a fragmentação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

---

<sup>2</sup> United State Agency for International Development.

Os elementos curriculares não ficariam imunes as imposições e orientações dos órgãos educacionais e de segurança do regime militar, já que ao determinar a ligação entre educação, segurança nacional, desenvolvimento econômico e a integração nacional, os eixos curriculares deveriam tomar por base essas diretrizes, acabando por chegar aos aspectos metodológicos específicos do currículo como a forma, o conteúdo, a duração, a quantidade e a qualidade do conjunto do processo educativo.

A gestão e o currículo enquanto faces de uma mesma moeda no espaço escolar, não poderiam ter encaminhamentos distintos, sua imbricação é a síntese necessária para levar a cabo sua função cultural e ideológica, formando o pensamento conservador, treinando e adestrando mão-de-obra e fornecendo força-de-trabalho, dentro dos princípios definidos. É a racionalidade orientada pela teoria do capital humano(ver FRIGOTTO, 1984)

Se o empreendimento tentado teve êxito em sua empreitada, apesar da divergências entre reflexões consistentes, não se pode ocultar que se avaliarmos a capilarização e a duração temporal da concepção e das práticas da tecnoburocracia no Brasil pós-64, houve um processo de consolidação de seus elementos constituintes, que alcançaram, em linhas gerais, as finalidades para qual foram propostos, o que ainda não deixa de marcar campo na agenda atual.

Mesmo assim as dinâmicas de resistência internas e externas à ditadura militar e aquelas articuladas no interior das universidades, não deixaram de incomodar aos setores no poder e o conjunto dos princípios emanadas do regime. Ademais, a conjuntura internacional alcançava um período de depressão com fortes reflexos em economias subordinadas e dependentes, precipitando situações que começaram a corroer as bases de sustentação do Estado brasileiro.

### 2.3 – O MODELO GERENCIAL-CONTRATUALISTA: A UNIVERSIDADE OPERACIONAL

A grande onda de descenso capitalista do início da década de 70 se faz presente trazendo recessão, baixo crescimento e altas taxas de inflação, é o terreno fértil para colocar em vigor as idéias noeliberais, com forte apoio dos organismos internacionais.

No Brasil pós-ditadura, a transição baseada no aparato conservador que impulsiona a “Nova República”, vai demonstrar, total incapacidade para a resolução dos renitentes problemas que marcam a realidade histórica do País.

Os limites das reformas da “aliança democrática”<sup>3</sup>, no plano dos direitos civis, políticos e sociais, sob forte pressão dos movimentos organizados, influenciaram na derrocada da “Nova República”, que foi sucedida, num processo bem articulado pelas classes dominantes e mídia conservadora, com as noções “modernizadoras” de Fernando Collor de Melo, significando os primórdios do projeto neoliberal no Brasil.

Mas os problemas que Collor enfrentou foram diversos, levando-o ao “impeachment”. Saindo Collor, assumiu o Vice-Presidente Itamar Franco, no final de 1991. As realizações de sua gestão não tiveram grande destaque, só tomando um novo rumo quando o então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, propôs o “Plano Real”, conseguindo através do mote do controle da inflação e da estabilidade do País, ser eleito Presidente da República no pleito seguinte.

Na nova administração do País, as propostas para avançar no processo de modernização administrativa baseia-se em modelos e práticas gerenciais, tendo como objetivo de fundo a reforma institucional para superar a crise do Estado, por meio de sua reconstrução, através de um conjunto de reformas nas áreas fiscal, política e de gestão administrativa do Estado, delineadas no PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DE ESTADO, aprovado em 1995.

A administração pública gerencial surge então da necessidade de aumentar a eficiência e qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor. Para isso vai inspirar-se na administração das empresas privadas, sem no entanto confundir-se com ela, pois considera que há diferenças claramente visualizáveis entre ambas. O horizonte, pretensamente apontado, é de que a reforma será capaz de aumentar a qualidade e eficiência dos serviços públicos no Brasil, pela introdução da cultura e das técnicas gerenciais modernas.

Na esteira de afirmar-se enquanto alternativa para a gestão administrativa do Estado brasileiro, o documento da reforma do Estado vai estabelecer as diferenciações que considera fundamentais relativamente ao modelo de administração burocrática tradicional, na forma de controle do processo administrativo, no entendimento do significado do interesse público, na ideologia do formalismo e no rigor técnico da burocracia tradicional.

---

<sup>3</sup> A “aliança democrática” foi uma coalizão de centro-direita entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PFL (Partido da Frente Liberal), sustentáculo político da “Nova República”.

A linha de encaminhamento apontada pela reforma, tentou ser seguida com o máximo rigor, pelo Executivo, em que pese os avanços, recuos e adaptações, principalmente pelas resistências encetadas por parte dos segmentos profissionais que estão presentes nas universidades, acabando por forçar um ritmo mais lento das reformas voltadas às instituições de educação superior.

Mesmo assim o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi até este momento, o mais profícuo em matéria de prescrições legais ou jurídico-normativas da história brasileira, com uma concepção de reforma que podemos atribuir-lhe a denominação de reforma-decreto (LIMA, 1995: 52a)

O outro eixo de influência para articulação de um modelo de educação superior no Brasil, reside no através do apoio dos organismos multilaterais para o estabelecimento de marcos jurídicos bem definidos e de políticas coerentes, relacionadas às medidas setoriais, ao desenvolvimento institucional e ao melhoramento da qualidade do ensino e da investigação.

A percepção da dinâmica de relacionamento entre o governo brasileiro e os organismos multilaterais permite-nos determinar identidades entre as orientações propostas por estes organismos e o modelo governamental para a educação superior atualmente em vigência no Brasil. No entanto não podemos cair em simplificações de considerar por um lado, alinhamentos incondicionais por parte dos Estados Nacionais em função da necessidade de recursos e, de outro, acreditar que não haja contradições de formulações e entre os técnicos no contexto destas negociações. (HADDAD, 1998: 44)

Em nossa percepção, a adjetivação a ser atribuída à negociação entre o governo brasileiro e os organismos multilaterais, em especial o BIRD, é uma negociação subordinada, pois o governo brasileiro equaciona os projetos que são determinados pelas fontes de financiamento, em vista da liberação dos recursos para os projetos aprovados, mas concomitantemente, aceita as condições de realizar os ajustes macroeconômicas do País para depender dos auxílios de outros organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional.

As orientações-chave do BIRD para as reformas do ensino superior nos diversos países, mesmo que se leve em conta as variações de magnitude, diversidade, divisão entre entidades públicas e privadas e níveis de financiamento, sintetizam-se em quatro

dimensões: 1) *Fomentar a maior diferenciação de instituições, inclusive o desenvolvimento de instituições privadas;* 2) *Proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem suas fontes de financiamento, por exemplo, na participação dos estudantes nos gastos e na estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados;* 3) *Redefinir a função do governo no ensino superior;* 4) *Adotar políticas que estejam destinadas a priorizar os objetivos de qualidade e igualdade.*”(BANCO, 1995: 4) (TRADUÇÃO NOSSA)

A síntese mais objetiva desses encaminhamentos é a relação intrínseca entre as dimensões fundantes do desenvolvimento econômico e as medidas educacionais, em alinhamento com os reajustes fiscais e a construção de uma nova hegemonia, moldada sob o consenso da reestruturação neoliberal.

A definição de um arcabouço jurídico-institucional para a educação brasileira, definidos na Constituição federal de 1988, na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional e na proposta de Plano Nacional da Educação do MEC, marca os esforços que o governo federal e seus aliados políticos vêm articulando neste período.

Dentre as mais recentes medidas, o destaque maior fica para a discussão da autonomia das Universidades Federais, com a divulgação, em abril de 1999, de documento do MEC sobre os “Fundamentos para uma Lei que regule a Autonomia das Universidades Federais nos Termos do que estabelece a LDBEN assim como disponha sobre a possibilidade de ampliação da Autonomia mediante Contrato de Desenvolvimento Institucional”.

O texto do documento, em seu preâmbulo, afirma que a autonomia das universidades federais constitui-se meta prioritária do MEC para a educação superior, ao buscar “*um modelo de gestão que corresponda ao atual estágio de desenvolvimento e expansão da universidade federal, reforçando seu caráter público, sua capacidade de planejamento institucional e o aproveitamento mais racional dos investimentos públicos que nela são feitos*”(BRASIL, 1999: 1).

A justificativa para a elaboração de uma Lei ordinária, de construção mais simples e de implementação mais viável, em substituição à proposta, de conteúdo muito criticado, do Projeto de Emenda Constitucional PEC 370/96, é que a LDBEN, mesmo significando um importante avanço, em muitos aspectos, como no plano da diferenciação do ensino



superior, na necessidade de expansão, qualificação e avaliação; não trouxe inovações no plano administrativo e da gestão orçamentária.

O substrato político do texto, é o tolhimento e a limitação do exercício da autonomia das universidades federais, com suas peculiaridades administrativas e finalidades acadêmicas enquadrando-as nas regras gerais da administração pública e nas conseguintes restrições oriundas das pressões econômicas de redução orçamentária do setor público.

Na celebração de contratualidade da autonomia gerencial, orçamentária e financeira cada Instituição Universitária, poderá editar planos de carreiras próprios, redefinindo e adequando seu quadro de pessoal a suas peculiaridades, aumentando-o ou reduzindo-o; efficientizando gastos e investimentos; podendo incorporar ao seu patrimônio os recursos próprios que captar e os saldos positivos de que dispuser no final de cada exercício orçamentário. Entende-se que, preservados os princípios legais mais gerais, isto é, os mecanismos de controle interno e externo e a vigilância social, por sua natureza pública, *poderão as universidades melhor atender aos seus objetivos acadêmicos.* (BRASIL, 1999, 5)

O relacionamento jurídico, já consagrado constitucionalmente, tem uma natureza facultativa, de concepção administrativa, cuja essência situa-se na liberdade de assumir direitos e obrigações nos termos definidos em lei, com paridade entre deveres e as prerrogativas entre as partes, dentro de interesses harmônicos, ficando ressaltado, igualmente, ser lícito às universidades federais a opção de adoção dessas prerrogativas quando dispuserem de um plano de metas de desempenho e de um plano estratégico de desenvolvimento.

Como elementos finais dos requisitos inerentes aos contratos de desenvolvimento institucional proposto às universidades federais, a Lei deverá estabelecer os prazos de duração do contratos, os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes pelo cumprimento das metas e a remuneração de pessoal.

As preconizadas vantagens gerenciais, orçamentárias e financeiras decorrentes da celebração do contrato, presumem uma ampla capacidade de autoregulação, pela mediação de indicadores de desempenho, mudanças nos quadros de pessoal, com previsão de recrutamento permanente, temporário e regras de transição, deverão coadunar-se à

legislação em vigor. Outras vantagens aludidas, são as possibilidades de dispensa de licitação, em situações específicas a serem definidas, a possibilidade de alienação e oneração de bens patrimoniais, a incorporação de excedentes financeiros e o remanejamento de recursos entre rubricas, programas ou categorias de despesas.

A coordenação, a supervisão e o acompanhamento da execução das ações do processo de autonomia e das regras pactuadas nos contratos de desenvolvimento institucional, previstas na futura Lei, deverão ser da competência do Ministério da Educação.

As reações desfavoráveis de reitores, dos sindicatos de docentes e funcionários, de associações estudantis, de associações científicas e de intelectuais, levaram o MEC a abrir negociações que redundaram na apresentação de versões com mudanças pouco substantivas, com o intuito de afirmar a postura dita “dialógica” do Ministério, atendendo aos anseios da sociedade e de representantes de vários setores organizados.

Os últimos movimentos do MEC foram os referentes à assinatura pelo Presidente da República e publicação do Decreto nº 3.276 de 6 de dezembro de 1999, dispondo sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.

Devido às inúmeras reações havidas, o MEC afirma que o assunto continua em debate, pois o CNE deverá definir, mediante proposta do MEC, as diretrizes curriculares nacionais para essa área de formação; e que o *“o decreto teve como objetivo marcar a posição do governo, com relação ao que pensamos sobre a formação de professores, cuja qualidade é uma de suas principais bandeiras.”*(SOUZA, 2000: 3)

A “bandeira” da qualidade é evocada, em todos os momentos pelo Governo Federal e pelo MEC, dentro de uma concepção que abarca critérios objetivos e mensuráveis como os resultados do “Provão”, qualificação dos professores, infra-estrutura dos cursos e as definições teóricas de projeto pedagógico, que significam a introdução de mecanismos de avaliação de qualidade em congruência com a lógica do mercado.

A abordagem defendida pelo MEC fica mais clara quando o governo brasileiro aventa introduzir, no corpo das negociações bilaterais com a Argentina, a *“criação de um selo de qualidade para as universidades que seguirem determinados padrões curriculares e de qualidade,”*(LEOBET, 2000: A-4) seria uma “ISO” para a área educacional<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Os certificados ‘ISO’ são normas internacionais criadas pela International Organization for Standardization, entidade fundada em 1947, com sede na Suíça, que congrega os organismos de regulamentação nacionais cuja principal atividade é elaborar padrões para especificação e métodos de trabalho nas diversas áreas da

No seguimento de tal raciocínio, a concepção de universidade é orientada por sua operacionalidade organizacional, traduzível numa prática social, que busca obter objetivos particulares através de um

*“conjunto de meios(administrativos) particulares...[.que são..]...operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito.”(CHAUÍ, 1999: 218-219)*

A eficácia e o sucesso a serem alcançados, dependem da especificidade da organização-universidade, que tem referência em si mesma, pois coloca-se em um campo de acirrada competição, onde deve *“gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.”(idem, 1999: 219))*

O horizonte fundamental é a dinâmica do mercado, fazendo com que a universidade se volte para si mesma e mergulhe na busca desenfreada de disputar posições. Entretanto, mesmo voltada para si, o que lhe daria certa margem de autonomia, esta é mitigada, pelos controles que são exercidos na escolha dos dirigentes e nos resultados e produtos da ação universitária.

As prospecções que podemos formular neste momento apontam para o profundo clima de incertezas em que a educação brasileira vive, em vista das conseqüências extremamente problemáticas e danosas que já estão começando a surgir, com vigor cada vez maior, resultante das políticas que o governo federal vem implantando.

No caso das políticas educacionais do governo brasileiro alcançarem as finalidades de fundo, o desmonte da universidade pública será inevitável. Evidentemente, sua ocorrência não será homogênea no País como um todo, e nem dentro do campo científico, pelo fato dos interesses de grupos regionais e as forças do mercado não poderem prescindir de informações sistematizadas e de estudos de adaptação social e tecnológica para alavancar sua voracidade econômica.

Se há uma dose acentuada de pessimismo em nossas prospecções, convém dizer que não estamos com os olhos vendados para perceber dinâmicas contrarrestantes que estão

---

sociedade. As empresas que se enquadrarem nos padrões mencionados recebem a certificação que representa

brotando, ou já estão em franca consolidação, revelando uma face diferente e promissora para os impasses da educação no Brasil.

#### 2.4 - O MODELO DEMOCRÁTICO-PARTICIPATIVO: A UNIVERSIDADE INSTITUINTE

A história brasileira está marcada por inúmeros contornos e obstáculos à afirmação da cidadania plena, no entanto, os contatos com outros povos, os acontecimentos mundiais e as lutas internas, permitem o despertar de um sentido de cidadania que vai ter forte impacto nas transformações ocorridas no Brasil a partir de 1930.

Até 1964, tráfegamos por períodos alternados de maior centralização e democracias nacionalistas de cunho burguês, estes últimos não deixaram de ser aproveitados pelos movimentos de cidadania para o fortalecimento de concepções democráticas que passaram a compor pontos de resistência e inquietação ao ganhar características mais significativas de organização.

A luta de resistência da sociedade civil organizada contra o regime militar-ditatorial esteve situada em espaços institucionais e espaços não-institucionais, que constituíram redes de ação coletiva em busca da democratização do País.

O período pós-ditadura, em vista da transição conservadora, é igualmente um momento de reorganização do movimento social, em que se desenvolvem as perspectivas de setores que buscavam organizar-se de maneira independente da tutela estatal.

A luta no campo educacional representa a trajetória de professores e professoras, alunos e alunas, pais e mães, parlamentares, entidades educacionais, sindicatos, centrais sindicais, associações, etc, protagonizadas nos últimos anos, para buscar apoio e força, no sentido de demonstrar e fazer valer a legitimidade das proposições que defendiam para a educação.

O processo de discussão das entidades democráticas para contribuir na elaboração da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN(nº 9394/96), que teve como espaço privilegiado a construção do FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, foi difícil, demorado e penoso, pelo requerimento de alto grau de percepção político-estratégica, equilíbrio e paciência histórica,

com esforços no rumo de compatibilizar a diversidade de interpretações, e pelos consensos alcançados, expressar propostas que, fugindo de um viés corporativo, de interesses restritos ou ainda de localismos fechados, manifestassem posições de caráter social amplo, democrático e sintonizado com os anseios da maioria da população.

Os setores democráticos classificam a LDBEN como omissa e com tendências centralizadoras, ao afirmar que o governo negligenciou necessária participação de amplos setores para implantar efetivamente os preceitos legais nela inscritos, interrogando ainda, se a lei será realmente implantada ou se será implantada, *“apenas e tão somente, nos aspectos que mais se afinam a política global dos setores hegemônicos representados no/pelo poder executivo.”*(FÓRUM NACIONAL, 2000: 18)

Na elaboração dos Planos Nacionais de Educação, a tradição mostrava que sua incumbência era dos gabinetes ministeriais e de equipes designadas, que acabavam dando aos projetos e programas um perfil compartimentado e de viés economicista, enquanto peças normativas e burocráticas, muitas vezes não executadas.

Com a disposição de não aceitar mais essas formas tradicionais de elaboração, os setores democráticos mantiveram em funcionamento o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, com toda a experiência que seus componentes tinham adquirido, para edificarem a proposta do PNE/Sociedade.

As proposta do PNE/Sociedade determinam que a caracterização da educação superior passará pela oferta majoritária em universidades públicas da União, organizando-se de acordo com o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, em acordo com mecanismos democráticos, legítimos, transparentes e de qualidade social em suas instâncias internas, em vista da formação de quadros, na graduação e na pós-graduação, para a atividade cultural, científica, artística e tecnológica, originada e fundada no trabalho social, na reflexão crítica, buscando articular-se com a sociedade para a construção da justiça e da pluralidade democrática.

As instituições de educação superior implementarão mecanismos democráticos de avaliação interna e externa baseados nas condições concretas de seu trabalho, de sua infraestrutura e demais dimensões econômicas, sociais, e políticas, no sentido do aperfeiçoamento de suas atividades e do aprofundamento de sua relação com a sociedade.

A concepção de universidade que transpassa o documento, abrangendo as universidades em si e as instituições de ensino superior (faculdades ou instituições isoladas, CEFETs), afirma sua importância como patrimônio social, estratégico e representativo para colaborar significativamente na construção da identidade social do País.

A dimensão pública da universidade se efetiva pela universalidade na produção e transmissão da experiência social, cultural, intelectual, científica e tecnológica de caráter inovador e crítico, que tem compromisso com às aspirações democráticas da vida nacional e internacional, pelo respeito à diversidade e ao pluralismo.

É papel da instituição universitária enfrentar as tarefas e os desafios da autonomia para clarificar seus diversos projetos e viabilizar soluções para a dramática situação de amplos segmentos da população.

Dentre as diretrizes expostas para a educação superior destacaríamos as quatro seguintes: 1) O Estado deve financiar as necessidades que a universidade tem para desenvolver suas finalidades de ensino, pesquisa e extensão, com a responsabilidade social de oferecer publicamente os novos conhecimentos científicos que produza, *“numa ótica de autonomia, independência e de não subordinação aos interesses do mercado, através de ampla divulgação de informações e dados obtidos através de pesquisas desenvolvidas com recursos públicos.”* (PLANO, 1998: 61); 2) Deverá haver um aumento na oferta de vagas, através de uma expansão que diminua a desigual distribuição, entre as diferentes regiões do País, com garantia de acesso e de desenvolvimento acadêmico aos estudantes, principalmente, os segmentos excluídos; 3) Deverão ser desenvolvidos projetos de ciência e tecnologia que atendam aos interesses nacionais e à melhoria de vida, valorizando as características e necessidades regionais. A relação da universidade com os setores empresariais deve ser objeto de um debate constante para que se possa avaliar o impacto da introdução de novas tecnologias; 4) Deverá ocorrer, de forma constante, o acompanhamento e a avaliação das atividades realizadas no interior da universidade e suas repercussões na sociedade.

A iniciativa de apresentar um projeto de lei sistematizado e elaborado a partir de metodologia democrática é uma perspectiva interessante de exercício de discussão ampla, principalmente, de profissionais, entidades, associações, instituições ligadas ao campo educacional, conferindo a possibilidade de concretização de experiências de trabalho em

que a participação é o pressuposto para orientar a tomada de decisão, o acompanhamento e a avaliação dos resultados das políticas públicas em educação.

Enquanto documento de referência, a proposta do PNE/sociedade poderá servir de instrumento de capilarização do debate educacional nos vários espaços educacionais e sociais, para confrontar-se com o ideário neoliberal que permeia a proposta de PNE/MEC, inaugurando uma etapa nova no debate democrático na sociedade brasileira.

A reafirmação do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como padrão unitário de qualidade, levando-se em contas as especificidades regionais, é um marco fundamental da idéia da universidade instituinte que se propõe a enfrentar pela reflexão as grandes questões da atualidade e a partir da experiência e dos conhecimentos produzidos e acumulados contribuir para construção de uma sociedade de cidadãos ativos e participantes.

A universidade deverá consolidar-se enquanto instituição-instituinte, negando a condição de organização embutida nas proposta do governo e do MEC, ao aspirar à universalidade(imaginária ou desejável) que tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa. Neste sentido, é crucial para a universidade-instituição-instituinte realizar ações articuladas às idéias de reconhecimento e legitimidade, internas e externas, questionando sua própria existência, sua função, seu lugar no seio da sociedade e da luta de classes e, ao mesmo tempo, responder às contradições impostas pelas lutas, e nesse contexto afirmaria sua autonomia.(CHAUI, 1998, 26-27)

Dois planos devem então se conjugar em busca da concretização de uma proposta de universidade pública e democrática, o plano da denúncia consistente e o do esforço individual e coletivo para o desenvolvimento de ações práticas fundadas no projeto de universidade instituinte, que apontam para uma postura de superação dos limites das instituições de educação superior, impulsionando-as para um esforço decisivo para retomar sua vocação de universalidade e, com autonomia e responsabilidade, contribuir para efetiva melhoria da vida coletiva em nosso País.

Para a Amazônia o desafio não poderá ser diferente, apenas ele se amplia, pois as políticas sociais não podem estar desvinculadas de pressupostos de sustentabilidade, se levarmos em conta suas características intrínsecas com suas frágeis estruturas sociais e ecológicas.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Almerindo Janela. **Políticas Educativas e Avaliação Educacional**: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Braga(Portugal): IEP/CEEP/ Universidade do Minho, 1998.
- ALTVATER, Elmar. **O Preço da Riqueza**. São Paulo: Ed.Unesp, 1995.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo.In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo(org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.pág.9-23.
- ANPED. **Avaliação e Perspectivas na Área da Educação**: 1982-1991. Porto Alegre, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo : Brasil Urgente, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O Novo Sindicalismo no Brasil**.2.ed.Campinas(SP): Pontes, 1995
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez/Ed. UNICAMP, 1995.
- APPLE, Michael e Beane, James.(Orgs.). **Escolas Democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997.
- ARELARO, Lisete Regina Gomes. Financiamento e qualidade da Educação Brasileira: algumas reflexões sobre o documento “Balanço do Primeiro ano do Fundef – Relatório MEC”. In: DOURADO, Luiz Fernandes(Org.). **Financiamento da Educação Básica**. Campinas(SP): Autores Associados; Goiânia(GO): UFG, 1999. p. 27-46.(Polêmicas do Nosso Tempo – 69)
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 5.ed.Rio de Janeiro: Forense Universitária,1991.
- \_\_\_\_\_. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo : Perspectiva, 1992.
- ARROYO, Miguel G. Escola, Cidadania e Participação no Campo. **Em Aberto**,Brasília,v.1,n.9,set.1982.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**.3ª ed. Brasília/São Paulo: UNB/Hucitec, 1996.
- BANCO INTERNACIONAL de Reconstrucción y Fomento(BIRD/Banco Mundial).**La Enseñanza Superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, D.C.: BIRD, 1995. El Desarrollo em la Practica.



- BARROSO, João e PINHAL, João(Orgs.). **A Administração da Educação**: os caminhos da descentralização. Lisboa(Portugal): Colibri, 1995.
- BELLONI, Isaura. A Educação Superior na LDB. In: BRZEZINSKI, Iria(Org.). **LDB INTERPRETADA**: diversos olhares se entrecruzam.2.ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.129-146
- BOAVENTURA, Edivaldo M. A Educação na Constituinte de 1946: Comentários. In: FÁVERO, Osmar(Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras(1823-1988)**. Campinas(SP): Autores Associados, 1996. p. 191-199).
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORÓN, Atilio. O Pós-neoliberalismo é uma etapa em construção. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo(org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.pág. 185-196
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Belém:BASA,1988.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. São Paulo:Cortez/ANDE,1990.
- \_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**: Brasília-DF, 1995; 83 páginas – Presidência da República/Câmara da Reforma do Estado/ Ministério da administração Federal e Reforma do Estado
- \_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**: Proposta do Executivo ao Congresso Nacional: Brasília-DF, 1998; 129 páginas MEC/INEP
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos e GRAU, Nuria Cunill(Orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- BRITO, Vera Lúcia Alves. Autonomia Universitária: Luta Histórica. In: DOURADO, Luis Fernandez, CATANI, Afrânio Mendes (Org.) **Universidade Pública**: Políticas e Identidade Institucional. Campinas(SP): Autores Associados; Goiânia(GO): UFG, 1999. p. 23-40 (Polêmicas do Nosso Tempo - 70)
- BUARQUE, Cristovam. A Aventura da Universidade. São Paulo: UNESP/Paz e Terra, 1994.

- \_\_\_\_\_. **A Revolução na Esquerda e a Invenção do Brasil**. Rio de Janeiro : Paz e Terra,1992.
- CANO, Wilson. **Introdução à Economia**: uma abordagem crítica. São Paulo: Unesp, 1998.
- \_\_\_\_\_. América Latina: do desenvolvimento ao neoliberalismo. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis(RJ): Vozes, 1999.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento no Brasil** : JK-JQ.2.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. A Avaliação da Universidade: concepções e perspectivas. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v.1, n.1, p.14-24, fev. 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimento de la ciudadanía em Brasil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- CASSASSUS, Juan. **Tarefas da Educação**. Campinas(SP): Autores Associados, 1995a.
- \_\_\_\_\_. A Centralização e a Descentralização da Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 95, p. 37-42, nov. 1995b.
- ATANI, Afrânio Mendes(Org.).**Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI**. Recife(PE): YK, 1997.(Congresso Internacional).
- CATANI, Afrânio Mendes(Org.). **Universidade na América Latina**: tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1996. (Polêmicas do Nosso Tempo – 60)
- CATANI, Afrânio Mendes e OLIVEIRA, João Ferreira de. A Gratificação de Estímulo à Docência(GED): Alterações do Trabalho Acadêmico e no Padrão de Gestão das Instituições Federais de Ensino(IFES): In: DOURADO, Luis Fernandez, CATANI, Afrânio Mendes(Org.)**Universidade Pública**: Políticas e Identidade Institucional. Campinas(SP): Autores Associados; Goiânia(GO): UFG, 1999. p. 65-74.(Polêmicas do Nosso Tempo - 70)
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Cultura e Democracia**: O discurso competente e outras falas. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.
- \_\_\_\_\_. Ventos do Progresso: A Universidade Administrada. In: PRADO JR., Bento et al. **Descaminhos da Educação Pós-68**. São Paulo: Brasiliense: 1980.

- \_\_\_\_\_. A Universidade Hoje. **Revista Praga: Estudos Marxistas**, São Paulo, n. 6, p. 23-32, set. 1998.
- \_\_\_\_\_. A Universidade Operacional. **Revista da Adunicamp**, Campinas, ano 1, n. 1. 6, p. 6-9, jun. 1999.
- CINTRA, Luiz Antonio. Globalização piora crise, diz economista. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jan. 1996. p. 5 c.2
- COHN, Gabriel. Esclarecimento e Ofuscação: Adorno & Horkheimer Hoje. **Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 5-24, 1998.
- COSTA, Francisco de Assis. **Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia**: questões para o desenvolvimento sustentável. Belém: Cejup, 1998b.
- COSTA, Vera Lúcia Cabral(Org.). **Gestão Educacional e Descentralização**: novos padrões. São Paulo: Cortez/Fundap, 1995.
- \_\_\_\_\_. (Org.). **Descentralização da Educação**: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: Cortez/Fundap, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Democratização como Valor Universal**. In: BOCAJUVA, Pedro C. Cunha e VEIGA, Sandra Mayrink(Orgs.). Afinal, que País é este? Rio de Janeiro: DPA, 1999. P.59-85
- CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Crítica** : o ensino superior na república populista.2.ed.Rio de Janeiro:Francisco Alves,1989.
- \_\_\_\_\_. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niteroi (RJ): Editora da UFF; Brasília(DF): FLACSO do Brasil, 1991. 495 p.
- \_\_\_\_\_. Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 20-49, jul. 1997.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Reformanda** : o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1988.
- \_\_\_\_\_. **A Universidade Temporã** : da colônia à era de Vargas .2.ed.Rio de Janeiro : Francisco Alves,1989.
- \_\_\_\_\_. **Educação e Contradição** : elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.2.ed.São Paulo:Cortez,1986.
- \_\_\_\_\_. A Questão da Autonomia Universitária. **Universidade e Sociedade**, São Paulo, ano 1, n. 2, p. 25-29, nov. 1991.

- \_\_\_\_\_. Reforma Universitária na Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 3-19, jul. 1997.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: BARBOSA, Lúvia. **O Jeitinho Brasileiro**: a arte de ser mais igual que os outros. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- DERRIDA, Jacques. **O Olho da Universidade**. São Paulo: Estação Liberdade, 1999
- DINIZ, Cristovam Wanderley P. **Universidades da Amazônia Brasileira**: o pecado e a penitência. 2.ed. Belém(PA): UFPA, 1999.
- DORIA, Francisco Antonio(Coord.) **A Crise da Universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses** : um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930 - 1960. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis(RJ): Vozes, 1981.
- ESTEVÃO, Carlos Alberto Vilar. **Redescobrir a Escola Privada como Organização**. Braga(Portugal): Universidade do Minho/IEP/CEP, 1998.
- ESTUDO aponta Brasil como Campeão da Desigualdade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 de jul. 1996. p . 4 c. 1
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3.ed. Porto Alegre: Globo, 1976. Vol. 1 e 2
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Vinte e Cinco Anos de Reforma Universitária: um balanço. In: MOROSINI, Marília Costa(Org.). **Universidade no Mercosul**: condicionantes e desafios. São Paulo: Cortez, 1994. P. 149-177.
- \_\_\_\_\_. **Da Universidade “Modernizada” à Universidade Disciplinada**: Atcon e Meira Mattos, São Paulo : Cortez, 1991.
- FERNANDES, Florestan. Diretrizes e bases: conciliação aberta. **Educação e Sociedade**, Campinas(SP), ano XI, n. 36, p. 142-149, ago. 1990.

- FIORI, José Luís. **O Vôo da Coruja**: uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Os Moedeiros Falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997. Coleção Zero à Esquerda
- FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. **Avaliação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública**. Lei de diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9.394/96). 1997.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1984.
- GENRO, Tarso et al. **Desafios do Governo Local**: O modo petista de governar. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GENTILI, Pablo A. A. & SILVA, Tomas Tadeu. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. 2.ed. São Paulo: Cortez/EdUnicamp, 1994.
- GOMES, Rui. **Culturas de Escola e Identidade dos Professores**. Lisboa: Educa, 1993. 223 págs.
- GRINOVER, Ada Pellegrini, CORTELAZZO, Ângelo Luiz, VIGGIANI, Maria Aparecida. O Perigo do Apagão Pedagógico. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 fev. 2000. p. 3, c. 1. (Tendências e Debates)
- HABERMAS, J. **Historia y Crítica de la Opinión Pública**. 5.ed. Barcelona: Ediciones G. Gili, 1997. (versão castelhana da reedição alemã de 1990)
- HADDAD, Sérgio. Os Bancos Multilaterais e as Políticas Educacionais no Brasil. In: VIANNA JR, Aurélio (Org.). **A Estratégia dos Bancos Multilaterais para o Brasil**. Brasília: Rede Brasil, 1998. p. 41-51
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- \_\_\_\_\_. **O Ciclo da Revolução Burguesa no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Classe e Nação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1886.

- KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis: O Pensamento de Marx no Século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOURGANOFF, Wladimir. **A Face Oculta da Universidade**. São Paulo: UNESP, 1990.
- KRASILCHIK, Mirian. O Ministério da Educação (quem diria?) não acredita em avaliação. **Jornal da Ciência**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2000. p. 4.
- LAUGLO, Jon. Crítica às Prioridades e Estratégias do Banco Mundial para a Educação, São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**, n. 100, p. 11-36, mar. 1997.
- LEOBET, Deise. Acordo prevê o ensino de espanhol e português. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 fev. 2000. p. A-4, c. 1.
- LIMA, Licínio C. Planos, Estruturas e Regras Organizacionais: Problemas de Focalização no Estudo da Escola como Organização. Braga (Portugal), **Revista Portuguesa de Educação**, v.4, n.2, p. 1-20. 1991.
- \_\_\_\_\_. Avaliação e Autonomia da Escola. In: PACHECO, José A. e ZABALZA, Miguel (Org.) **A Avaliação dos Alunos dos Ensinos Básico e Secundário**. Braga (Portugal): Instituto de Psicologia e Educação/ Universidade do Minho, 1995a. p. 51-58 (Colóquio sobre Questões Curriculares)
- \_\_\_\_\_. Reformar a Administração Escolar: a recentralização por controlo remoto e a autonomia como delegação política. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga (Portugal), v.8, n. 1, p. 57-71. 1995b.
- \_\_\_\_\_. **O Paradigma da Educação Contábil: políticas educativas e perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.4, p. 43-59, jan/fev/mar/abr. 1997.
- \_\_\_\_\_. **A Escola como Organização e a Participação na Organização Escolar: um estudo da escola secundária em Portugal**. 2.ed. Braga (Portugal): IEP/CEEP/ Universidade do Minho, 1998.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 5.ed. São Paulo: Difel. 1982. v.1,2,3,4.
- MOREIRA, Antonio Flávio B. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1990.

- \_\_\_\_\_. Currículo e Controle Social. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n.5, p.13-27.1992.
- MORRIN, Edgar. **O Problema Epistemológico da Complexidade**. Portugal: Europa/América, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Ciência com Consciência**. Portugal: Europa/América, 1994.
- MOROSINI, Marília e SGUISSARD, Valdemar(Orgs.). **A Educação Superior em Periódicos Nacionais**. Vitória(ES): FCAA/UFES,1998.
- MOROSINI, Marília(Org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. planejamento e conflito de classes**.4.ed.Rio de Janeiro:Paz e Terra,1981.
- \_\_\_\_\_.**O Elo Perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo:Brasiliense,1987.
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo à Brasileira.In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo(org.).**Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático**.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.pág.24-28.
- \_\_\_\_\_.**Os Direitos do Antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis(RJ): Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela e CATANI, Afrânio Mendes. **Constituições Estaduais Brasileiras e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.
- \_\_\_\_\_. A Educação na Assembléia Constituinte de 1946. In: FÁVERO, Osmar(Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras(1823-1988)**. Campinas(SP): Autores Associados, 1996. p. 154-190.
- PAOLI, Niuvenius J. O Princípio da Indissociabilidade do Ensino e da Pesquisa: Elementos para uma discussão. **Cadernos Cedes**, Campinas,n.22,p.25-37.1988.
- PILATTI, Adriano. Comentários ao Texto de Maria Francisca Pinheiro. In: FÁVERO, Osmar(Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras(1823-1988)**. Campinas(SP): Autores Associados, 1996. 293-302
- PINHEIRO, Maria Francisca. O Público e o Privado na Educação: Um conflito fora de Moda. In: FÁVERO, Osmar(Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras(1823-1988)**. Campinas(SP): Autores Associados, 1996. P. 255-291.

- PINO, Ivani. A Trama da LDB na Realidade Política Nacional. **Educação e Sociedade**, Campinas(SP), ano XIII, n. 41, p.156-185, abr. 1992.
- \_\_\_\_\_. Os Rumos da Nova LDB: Dos Processo e Conteúdos. **Educação e Sociedade**, Campinas(SP), ano XVI, n. 51, p. 356-378, abr. 1995.
- PINTO, Lúcio Flávio. Um retrato da época (apresentação do livro). In: CHAVES, Aloysio. **Diário Íntimo: Os bastidores da eleição de 1974**. Belém: Jornal Pessoal; Grafisa, 1998.
- \_\_\_\_\_. Retorno ao Caminho Natural das Hidrovias. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 set. 1999. p. 8, Relatório Gazeta Mercantil Amazônia.
- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: Proposta da Sociedade Brasileira**. Belo Horizonte(MG), 1998. (II Congresso Nacional de Educação) - Apresentação
- RANIERI, Nina. **Autonomia Universitária**. São Paulo: Edusp, 1994.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. Campinas(SP): Autores Associados, 1979.
- ROMANI, Jacqueline Pitangui. O Conselho Nacional de Pesquisa e a Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982. p. 137-167.
- SAMPAIO, Anita Lapa Borges. **Autonomia Universitária: um modelo de interpretação do artigo 207 da Constituição Federal**. Brasília-DF: Edunb, 1998.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinariedade: o currículo integrado**. Porto Alegre(RS): Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma Ciência Pós-moderna**. Rio de Janeiro:Graal, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Pelas Mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4.ed.Porto:Afrontamento,1995b.
- \_\_\_\_\_. **Para uma pedagogia do conflito**. In: SILVA, Luiz Heron, AZEVEDO, José Clóvis de, SANTOS, Edmilson Santos(Org.). **Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais**. Porto Alegre: Sulina/SMED,1996.
- \_\_\_\_\_. **Reinventar a Democracia**. Lisboa: Gradiva, 1998b. (Cadernos Democráticos da Fundação Mário Soares)
- SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2.ed.São Paulo: Hucitec, 1996.



- SCHWARTZMAN, Simon e CASTRO, Moura Castro(Orgs.) **Pesquisa Universitária em Questão**. Campinas(SP): Unicamp/Ícone/CNPq, 1986.
- SGUISSARD, Valdemar(Org.). **A Avaliação Universitária em Questão**: reformas do Estado e educação superior. Campinas(SP): Autores Associados, 1997.
- SGUISSARD, Valdemar e Silva Jr, João dos Reis. **Novas Faces da Educação Superior no Brasil**: reforma do Estado e mudança na produção. Bragança Paulista(SP): EDUSF, 1999.
- SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, Lívia, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio(Orgs.).**O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa, 1996. p. 15-39
- SOARES, José Arlindo e CACCIA-BAVA, Silvio(Orgs). **Os Desafios da Gestão Municipal Democrática**. São Paulo: Cortez, 1998.
- SOUZA, Eliana Maria de Melo(Org.). **Cultura Brasileira**: figuras de alteridade. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1996.
- SOUZA, Maria Inêz Salgado de. **Os Empresários e a Educação**: o IPES e a política educacional Após 1964. Petrópolis: Vozes, 1981.
- SOUZA, Paulo Renato. Cursos aprimoram a formação docente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 05 fev. 2000. p. 3, c. 1. (Tendências e Debates)
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos: In: DAGNINO, Evelina (Org.) **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91- 102
- UNESCO. **Tendências da Educação Superior para o Século XXI**. Brasília: UNESCO, 1999. (Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior – Paris, 5 a 9 de outubro de 1998)
- VERGER, Jacques. **As Universidades na Idade Média**. São Paulo: UNESP, 1990.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Rumos da Ordem Pública no Brasil: a construção do público. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 96-106, out-dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Criação de Novas Universidades: um processo à brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.8, p. 86-91, ma/jun/jul/ago. 1998.

WEFFORT, Francisco C. **O Populismo na política brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEBER, Demétrio. **País tem 12,7 milhões de alunos atrasados**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 27 fev. 2000. p. A-16, c. 1.

WOLFF, Robert Paul. **O Ideal da Universidade**. São Paulo: UNESP, 1993.





